

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária  
Período de Análise: novembro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Site eletrônico do MDS  
Site eletrônico do MDA  
Site Eletrônico do MMA  
Site eletrônico do INCRA  
Site eletrônico da CONAB  
Site eletrônico do MAPA  
Site eletrônico da Agência Carta Maior  
Site Eletrônico da Fetraf  
Site Eletrônico da MST  
Site Eletrônico da Contag  
Site Eletrônico Biodiesel Br  
Site Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto É Dinheiro Rural  
Agroanalysis  
Carta Capital  
Biodiesel Br

## Índice

|                                                                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Dilma e 12 governadores eleitos prometeram erradicar o trabalho escravo</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 03/11/2010 .....                       | 3  |
| <b>A verdade que vem do campo</b> – Ibiapaba Netto - Revista Isto É Dinheiro rural – novembro de 2010 .....                                       | 4  |
| <b>"Temos maioria para aprovar tudo"</b> – Guilherme Queiroz - Isto É Dinheiro rural – novembro de 2010 .....                                     | 9  |
| <b>Dilma afirma que vai rever índice de produtividade rural</b> – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 04/11/2010 .....               | 13 |
| <b>Cresce apetite da Radar por aquisição de terras</b> – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 04/11/2010.....                       | 14 |
| <b>Crédito rural permite compra de imóvel para investimentos em plasticultura</b> – Sítio Eletrônico do INCRA – 09/11/2010.....                   | 15 |
| <b>MDA/Incrá e Embrapa lançam plano de reflorestamento em terras da reforma agrária</b> – Sítio Eletrônico do MDS - 10/11/2010 .....              | 17 |
| <b>Brasiguaios ligados ao MSTparam Rodovia</b> - João Naves de Oliveira e José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 12/11/2010 ..... | 18 |
| <b>Presidente do Incra rebate CNA e diz que recursos vão para necessitados</b> – Folha de São Paulo – Poder – 12/11/2010 .....                    | 19 |
| <b>Brasiguaios dizem que vão radicalizar protestosemMS</b> - JOÃO NAVES DE OLIVEIRA – Estado de São Paulo – Nacional – 13/11/2010 .....           | 21 |
| <b>PF prende 8 acusados de integrar esquema de desmatamento ilegal</b> – Folha de São Paulo – Poder – 13/11/2010.....                             | 21 |
| <b>Falta de terras não atrapalha agricultura</b> - Fernanda Odilla e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/11/2010 .....             | 22 |
| <b>MDA atende a mais uma reivindicação do Grito da Terra Brasil</b> – Sítio Eletrônico da Contag – 15/11/2010 .....                               | 23 |
| <b>Indústria do eucalipto toma 720 hectares por dia no país</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 18/11/2010 .....                                      | 24 |
| <b>Concessões de Lula a quilombolas deixarão bomba fundiária para Dilma</b> – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/2010 .....   | 25 |
| <b>AGRICULTORDIZQUENÃO QUERMORRERSEM‘PAPEL’</b> – Jose Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/2010 .....                         | 26 |
| <b>FHCcedeu mais títulos, masemáreas sem disputa</b> – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/2010.....                           | 27 |
| <b>Florestas e quilombos são os mais afetados</b> – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 21/11/2010 .....                                 | 27 |
| <b>PF mobiliza 250 agentes para despejar Sem Terra no RJ</b> – Sítio Eletrônico do MST – 22/11/2010 .....                                         | 28 |
| <b>Acusados do Massacre de Felisburgo não foram julgados</b> – Sítio Eletrônico do MST – 22/11/2010 .....                                         | 30 |
| <b>Kátia Abreu apresenta projeto na COP-16</b> – Estado de São Paulo – Vida – 28/11/2010 .....                                                    | 31 |
| <b>Campanha tenta salvar escola do MST</b> – José Ernesto Credendio – Folha de São Paulo – Poder – 28/11/2010.....                                | 32 |
| <b>"Fracasso da Convenção do Clima prejudicará humanidade"</b> – Sítio eletrônico do MST – 30/11/2010 .....                                       | 32 |

## **Dilma e 12 governadores eleitos prometeram erradicar o trabalho escravo – Sítio Eletrônico da CPT – 03/11/2010**

Presidenta eleita Dilma Roussef e 12 governadores eleitos em todo o país, assinaram, durante o período eleitoral, Carta-Compromisso contra o Trabalho Escravo no Brasil. A presidente eleita Dilma Roussef e os 12 governadores eleitos dos estados de Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, São Paulo e Sergipe assinaram a Carta-Compromisso contra o Trabalho Escravo durante o período de campanha eleitoral.

Terminadas as eleições e iniciados os processos para transição e escolha de gabinetes, é salutar trazer a público o que eles prometeram para que possam ser devidamente cobrados nos próximos quatro anos – e lembrados nas próximas eleições.

Por que usar a questão de trabalho escravo para mensurar um novo governo? Bem, o tema funciona como um agregador. Trabalho escravo não é uma doença, mas sim um sintoma. Como uma febre, mostrando que algo não vai bem com o organismo. E para tratá-lo não basta antitérmicos, é preciso ministrar soluções estruturais, que passam por geração de emprego e renda, redução de desigualdade social, combate à impunidade, responsabilização das empresas por comportamentos não sustentáveis. Ou seja, é um bom termômetro para nossos índices de civilidade.

Para cumprir algumas promessas, como apoiar a aprovação da PEC 438/2001, a proposta que prevê o confisco de terras onde esse crime for flagrado, a presidente e os governadores terão que fazer alguns contorcionismos. No mínimo, fazer suas bancadas no Congresso suarem a camisa com a chamada bancada ruralista. Parte dela, que representa o interesse de produtores rurais, não se opõe radicalmente à pauta, mas há setores que estrilam só de ouvir falar da possibilidade de aprovação. Isso quando a bancada ruralista em questão não for a própria bancada do governador.

Seguem os compromissos da Carta, organizada pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e pela Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo:

- 1) Não permitir influências de qualquer tipo em minhas decisões, que me impeçam de aprovar leis ou implementar ações necessárias para erradicar o trabalho escravo;
- 2) Efetivar as ações presentes no 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, além de apoiar a implantação e/ou manutenção de comissões e planos estaduais para erradicação do trabalho escravo;
- 3) Atuar na articulação política pela aprovação de leis que contribuirão para a erradicação desse crime – como, por exemplo, a proposta de emenda constitucional 438/2001 que prevê a expropriação de imóveis onde for encontrado trabalho escravo; (Comentário: a proposta foi aprovada em dois turnos no Senado e em primeiro turno na Câmara e está parada desde então por conta da pressão da bancada ruralista)
- 4) Não promover empreendimentos e empresas, dentro ou fora do País, que tenham utilizado mão-de-obra escrava ou infantil. Por outro lado, apoiar as empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo a combater a incidência desse crime em setores produtivos;
- 5) Destinar recursos e garantir apoio político para a manutenção das ações de fiscalização de denúncias que resultam nas libertações de trabalhadores;
- 6) Fortalecer a prevenção ao trabalho escravo, ampliando os programas de geração de emprego e renda nos municípios fornecedores de mão-de-obra escrava, priorizando a

reforma agrária nessas regiões e fortalecendo as ações de reinserção social dos libertados;

7) Garantir proteção aos defensores dos direitos humanos e líderes sociais que atuam no combate à escravidão e na defesa dos direitos dos trabalhadores;

8 ) Apoiar o cadastro de empregadores flagrados com mão-de-obra escrava, conhecido como a “lista suja”, instrumento criado por intermédio da Portaria 540/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego, que tem sido um dos mais importantes mecanismos de combate a esse crime;

9) Por fim, asseguro que renunciarei ao meu mandato se for encontrado trabalho escravo em minhas propriedades ou se ficar comprovado que alguma vez já utilizei desse expediente no trato com meus empregados. Além disto, garanto que será prontamente exonerada qualquer pessoa que ocupe cargo público de confiança sob minha responsabilidade que vier a se beneficiar desse tipo de mão-de-obra.

Segue a lista dos eleitos que assinaram, por estado:

Amazonas

Omar Aziz – PMN

Bahia

Jacques Wagner – PT

Ceará

Cid Gomes -PSB

Goiás

Marconi Perillo – PSDB

Maranhão

Roseana Sarney – PMDB

Mato Grosso do Sul

André Puccinelli – PMDB

Pará

Simão Jatene – PSDB

Paraíba

Ricardo Coutinho – PSB

Paraná

Beto Richa – PSDB

Piauí

Wilson Martins – PSB

São Paulo

Geraldo Alckmin – PSDB

Sergipe

Marcelo Déda – PT

**A verdade que vem do campo** – Ibiapaba Netto - Revista Isto É Dinheiro rural – novembro de 2010

Um estudo inédito da Fundação Getulio Vargas coloca por terra a máxima de que a agricultura familiar produz comida e a empresarial traz "apenas" divisas

Damião Rodrigues, 36 anos, lida no campo. Assim como José Duarte da Silva Jr., 25 anos. Com a enxada empunhada, Geraldo Oliveira, 58 anos, tira o sustento de sua família. tira o sustento de sua família. Outro Geraldo, esse das Dores, 58 anos, também roça o chão para ganhar a vida. Em comum, esses cinco homens têm a história de suas vidas escritas no sertão da Paraíba, no município de Uiraúna, localizada a 500 quilômetros de João Pessoa. Moradores de pequenas propriedades rurais, esses senhores estão enquadrados como pequenos produtores, daquele tipo que, além do próprio sustento, ajuda a alimentar as grandes cidades do País. Mas o entendimento de que a agricultura brasileira estaria fadada à divisão entre grandes e pequenos, entre fornecedores de alimentos e produtores de commodities pode não mais se sustentar. "A divisão entre agricultura familiar e a empresarial é algo que na prática não existe", explica a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Com base no Censo Agropecuário de 2006, que se tornou notório por frisar essa divisão, a Fundação Getulio Vargas (FGV) realizou um grande estudo chamado: "Quem produz o que no campo: quanto e onde". Os números foram avaliados para se traçar o verdadeiro perfil do agricultor brasileiro. A FGV levou em conta o que se chama de Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), que representa uma estimativa da geração de renda do meio rural. Com base nesses dados é possível realizar uma análise qualitativa do perfil do produtor e cravar com certeza científica se determinada propriedade está ou não enquadrada na chamada agricultura familiar. Como? "Só podem ser chamados de agricultores familiares aqueles que se enquadram nos padrões do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)", explica a reponsável pelo estudo, Ignez Vidal Lopes.

No Nordeste: cerca de 74% das propriedades não estão enquadradas nos requisitos do Pronaf

Mas após a análise dos dados, os estudos mostraram que as conclusões do Censo estavam, na verdade, equivocadas. Dos produtos que vão para a mesa do brasileiro, o feijão, o milho, o trigo estão em sua maioria em propriedades não enquadradas no Pronaf. O mesmo acontece com a silvicultura e a agricultura de forma geral, assim como a pecuária (ver gráficos). Mas e os pequenos, onde ficam? "Eles têm uma posição destacada e muito importante em diversas culturas, mas há um erro no enquadramento, à medida que muitas dessas propriedades não deveriam ser enquadradas como produtores e sim estarem incluídas em programas de combate à pobreza", avalia Kátia Abreu. Na opinião do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, não há erros. "Ficou claro no Censo agropecuário que é a agricultura familiar que alimenta o brasileiro", diz. Tal afirmação na opinião do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues é perigosa. "É da cultura do agricultor brasileiro buscar o crescimento e temos exemplos fantásticos de empreendedores que saíram do nada e construíram verdadeiros impérios", completa. "Ser pequeno é uma condição passageira e o crescimento de uma propriedade começa quando um vizinho compra a terra do outro que não era tão eficiente", pondera o analista de mercado Vicente Ferraz, da

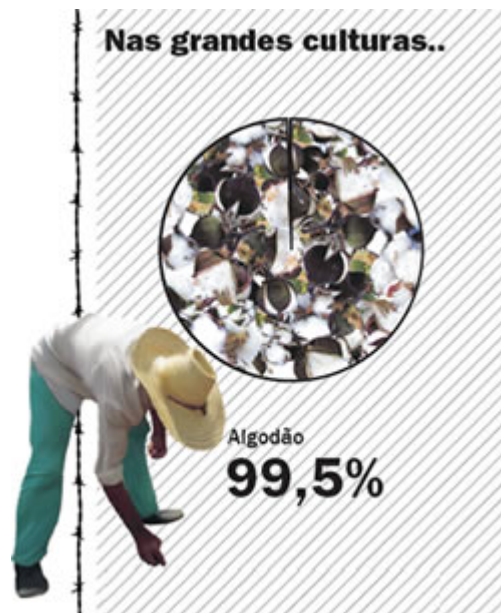
AgraFNP.

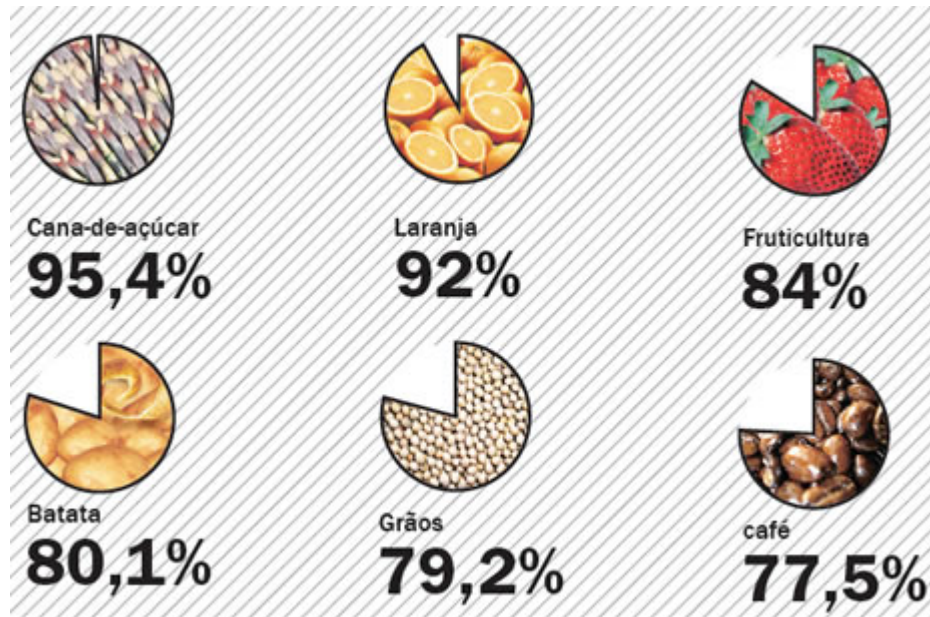
Mais do que indicar uma mudança de rumo na política agrícola do governo, o estudo da FGV mostra que a agricultura familiar e a empresarial são na verdade complementares, conforme explica Ignez. "Os não enquadráveis (no Pronaf) formam um grupo bastante heterogêneo, revelando uma tendência à especialização: os pequenos estabelecimentos se dedicam predominantemente à atividade pecuária e os médios e grandes à atividade de lavoura", pondera. Na pecuária também está compreendida a atividade leiteira. "Esse estudo confirma os resultados da pesquisa anterior da CNA/ FGV, feita em 1996, mostrando que cada sistema produtivo tem sua própria escala", afirma Ignez. No caso das lavouras, ela explica, estão sujeitas a maiores oscilações de preços e de margens. Nesse sentido, tendem a selecionar produtores capitalizados e com maior acesso aos mecanismos de redução de riscos próprios da atividade. Na página seguinte, DINHEIRO RURAL traz os principais pontos do estudo da FGV.

O que é o VBP  
O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) representa uma estimativa da geração de renda do meio rural, revertendo em uma variável relevante para acompanhamento do desempenho do setor como um todo.

Quem sou eu?  
A divisão brasileira entre pequenas, médias e grandes propriedades: 4.920.465 é o número de propriedades rurais no Brasil  
3.330.667 - ou 64,4% - estão enquadradas no Pronaf  
1.589.798 - ou 30,7% - não se enquadram no Pronaf

De toda a riqueza produzida no campo, 61,9% do Valor Bruto da Produção agropecuária (VBP) vem de propriedades não enquadradas no Pronaf



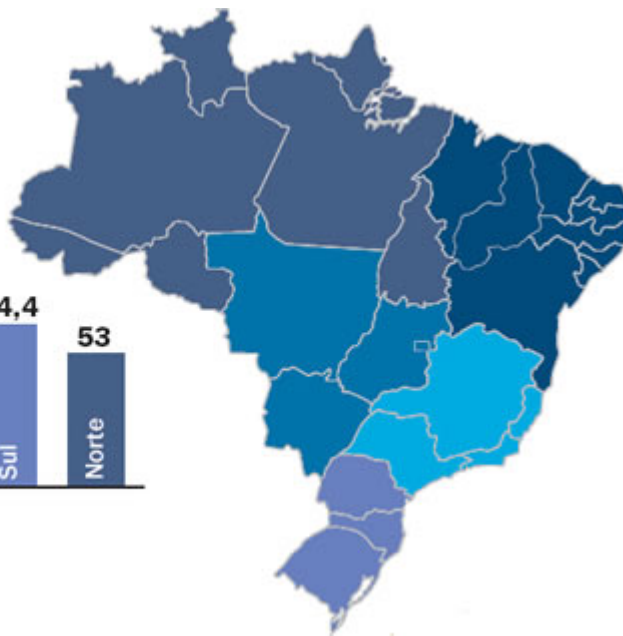
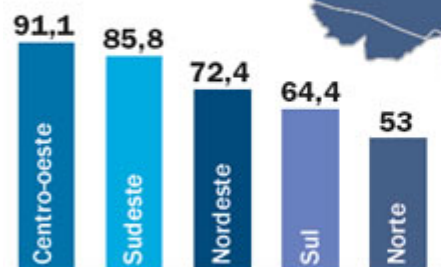


Um estudo inédito da Fundação Getúlio Vargas coloca por terra a máxima de que a agricultura familiar produz comida e a empresarial traz "apenas" divisas

IBIAPABA NETTO

## Brasil afora

Propriedades não enquadradas no Pronaf geram a maior parte da riqueza. Em %



## Pequenos em alta

VBP de propriedades enquadradas no Pronaf se destaca em três setores



mandioca



feijão preto



fumo

Mas é minoria em outras áreas





**"Temos maioria para aprovar tudo"** – Guilherme Queiroz - Isto É Dinheiro rural – novembro de 2010

Líder da bancada ruralista, o deputado Moreira Mendes (PPS-RO) defende que o setor precisa de organização e mobilização para vencer os radicais ambientalistas



A maior bancada setorial do Congresso trava o mais importante debate dos últimos tempos. Há 11 anos, os parlamentares ligados ao agronegócio tentam aprovar a revisão do Código Florestal, legislação mais tolerante com o avanço da fronteira agrícola e liberal em relação ao que configura como agressões ao meio ambiente. Mas, apesar da superioridade numérica - 268 dos 513 deputados se dizem ligados ao setor -, a proposta não avança. Por quê? "Falta organização e mobilização. Temos maioria folgada para aprovar tudo se estivermos unidos", argumenta o deputado Moreira Mendes (PPS-RO), novo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

**DINHEIRO RURAL - O relatório do Código Florestal, do deputado Aldo Rebelo, gerou forte reação de ambientalistas, especialmente quanto à redução das APPs. Qual é a sua opinião?**

**MOREIRA MENDES** - *Acho que é uma questão técnica, que deveria ser decidida por razões científicas. Defendo que a responsabilidade seja atribuída aos Estados para legislar com a União. Está provado cientificamente por técnicos da Embrapa que nem toda APP precisa ter 30 ou 80 metros. Ele (Rebelo) apenas abriu a possibilidade para reduzir para 7,5 metros onde a ciência disser que pode. A mesma coisa vale para a reserva legal. São números cabalísticos, decididos numa mesa de governo, que definiram uma norma única para um país heterogêneo.*

**DINHEIRO RURAL - Mas o código prevê anistia para quem desmatou até 2008, muito depois da Lei de Crimes Ambientais, de 1998. MENDES** - *Não estamos fazendo anistia. Quem diz isso é maluco. Imagine os*

*produtores de uva no Sul. Tem gente que planta em APP há mais de 100 anos. O Aldo Rebelo não é ruralista nem ambientalista. Ele tem a visão da importância agrícola para o País. Na minha opinião, esse relatório divide a responsabilidade de conservação. Ela não pode ser debitada apenas na conta dos produtores rurais. Quem polui efetivamente hoje são as cidades. O homem do campo não pode pagar a conta sozinho.*

**DINHEIRO RURAL - Como será a atuação da Frente Parlamentar durante o seu mandato?**

**MENDES** - *Nos últimos anos, a atividade agropecuária ficou estigmatizada como se fosse algo não recomendável. Tudo por conta da questão ambiental. Não se pode desprezar a responsabilidade de todos com o meio ambiente, não apenas do produtor rural. Por outro lado, também temos de considerar a importância do setor para o País.*

**DINHEIRO RURAL - Por que os produtores ainda não conseguiram passar a mensagem?**

**MENDES** - *O grande desafio é sensibilizar o País. Para isso, temos que nos organizar e nos mobilizar melhor, fazer a pressão correta sobre o Congresso. Tudo está como está hoje porque nos omitimos. Foram raras as vezes em que o setor se mobilizou.*

**DINHEIRO RURAL - O deputado Reinhold Stephanes, quando deixou o Ministério da Agricultura, mencionou que a maior bancada do Congresso estava perdendo para meia dúzia de ambientalistas.**

**MENDES** - *Exatamente por falta de mobilização e de organização, o que eles têm de sobra. Eles não têm compromisso com ninguém, digo, os radicais. Não sou contra aqueles que defendem o meio ambiente, é preciso ter um contraponto. Mas nós precisamos olhar para as nossas falhas.*

**DINHEIRO RURAL - O próprio governo atribui a lentidão dos investimentos a entraves impostos pela legislação ambiental.**

**MENDES** - *Um exemplo no meu Estado: a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, foi construída em 1974. Ficou pronta, mas está abandonada e precisa ser recuperada. Há cinco anos, esse governo pretende obter uma licença para a recuperação da estrada. É uma loucura a lei que trava tudo.*



**"Aldo Rebelo relatou o Código Florestal pensando no meio ambiente e também no agronegócio"**

**DINHEIRO RURAL - Nos Estados Unidos, os parlamentares ligados à agropecuária, apesar do menor peso na economia, têm peso político maior. É um modelo a ser seguido?**

**MENDES -** *Acho que, se fosse para seguir um exemplo, seguiríamos o da França. Lá, os produtores vão para cima, fazem pressão. Mas nós temos um estilo próprio, o que falta é mobilização. Nós precisamos nos conscientizar de que é necessário deixar um pouco de lado os interesses partidários e nos concentrarmos nessa atividade. Eles têm a responsabilidade de ajudar para que, nessa eleição, sejam escolhidos candidatos que realmente estejam comprometidos com os interesses do setor.*

**DINHEIRO RURAL - E na relação com o governo? O que se deve cobrar prioritariamente?**

**MENDES -** *Temos que usar o peso da Frente Parlamentar para fiscalizar, para cobrarmos mais, especialmente em relação à infraestrutura do País. Não é possível mais continuar como está. A agricultura foi a atividade que mais rapidamente ajudou a tirar o Brasil da crise e ainda sofremos com um frete que chega a representar 50% do preço da soja. Temos aí as más condições das estradas, as deficiências das estruturas portuárias e ferroviárias e se fala muito em PAC, mas, na prática, a coisa não acontece. Os índices de investimento do governo são baixíssimos.*

**DINHEIRO RURAL - O sr. assume um mandato às vésperas das eleições, quando o Congresso entra em recesso branco. O que será possível fazer?**

**MENDES -** *O objetivo é conseguir aprovar o Código Florestal na comissão especial e levá-lo para o plenário. É bom lembrar que somos maioria absoluta na comissão, mas que existe uma minoria que dificulta, que esgota todos os recursos existentes. Nós pretendemos, ao contrário de alguns radicais ambientalistas, construir uma proposta de consenso, com todos os líderes. Os ambientalistas têm um defeito gravíssimo: criticam muito, mas são incapazes de levar algo de concreto.*

**DINHEIRO RURAL - É discurso corrente que os 33 milhões de hectares que o Brasil tem hoje de terras agricultáveis suprem as necessidades por alimentos. Seria esse o caminho do meio?**

**MENDES -** *Hoje, é verdade. Mas como vai ser no futuro? O mundo cresce, precisa comer. Vamos engessar o Brasil para nunca mais aumentar a fronteira agrícola? Isso*

*é um absurdo. É irreversível o problema de falta de alimentos, mas não estou afirmando que não devemos ter compromisso com o meio ambiente. O próprio produtor rural mudou muito o seu conceito.*

**DINHEIRO RURAL - Para encontrar essa proposta consensual, não é necessário também negociar com os setores mais radicais do agronegócio?**  
**MENDES -** *Com certeza. O fundamental é a negociação, nos sentarmos à mesa, discutirmos. Não pode é ficar como está. Da nossa parte, no nosso segmento, temos feito um esforço enorme para mudar esse conceito. Pode até ser que aqui ou acolá, ainda estejam extrapolando com a ânsia de ganhar mais. Mas, no geral, muito mudou. Do lado dos ambientalistas é que não mudou.*

**"O Brasil não pode engessar suas fronteiras agrícolas. Era a posição do Stephanes e é a nossa"**



**DINHEIRO RURAL - Essa agenda dos produtores será levada aos candidatos à Presidência?**  
**MENDES -** *Vamos elaborar um conjunto de propostas, afinados com a Confederação Nacional da Agropecuária e com as diversas entidades que representam o setor. A ideia é fazer um documento, agindo suprapartidariamente. Também devemos ouvi-los.*

**DINHEIRO RURAL - Estaria na pauta uma regulamentação mais rígida da atuação de ONGs estrangeiras em território nacional?**  
**MENDES -** *Sem dúvida, é necessário. O governo tem sido omissivo. É uma questão de soberania. Outro dia veio um cineasta americano aqui, se juntou com índios, e disse que não poderia construir a usina de Belo Monte. Agora, vamos inverter a situação: se um brasileiro vai lá nos Estados Unidos e diz que não pode construir uma hidrelétrica, no outro dia ele é deportado. E aqui a gente fica batendo palmas. Houve até deputado fazendo discurso a favor. Isso é piada, é falta de amor por essa pátria. Tem que haver uma regulamentação forte. Por exemplo, a região mais pobre do País é o Nordeste, mas não chegam a poucas dezenas as ONGs registradas para cuidar dessa população. Na Amazônia são mais de 60 mil. Qual é o interesse por trás disso? Não é para proteger índio, não é para preservação.*

**Dilma afirma que vai rever índice de produtividade rural** – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 04/11/2010

A presidente eleita Dilma Rousseff disse ontem que pretende rever o Índice de Produtividade Rural, uma antiga reivindicação do Movimento dos Sem-Terra (MST). Ela ressaltou, no entanto, que a decisão será de ordem técnica, com base em um estudo encomendado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

“No nosso governo, o presidente Lula pediu para a Embrapa fazer uma avaliação e definir o que a Embrapa considerava tecnicamente correto. Vou avaliar esses dados”, disse Dilma.

Ela repetiu o que havia dito um ano atrás, durante um colóquio promovido pelo PT com

movimentos sociais, quando foi cobrada a respeito do confronto então existente entre as pastas da Agricultura, que defendia os interesses dos ruralistas, e do Desenvolvimento Agrário, identificada com os pequenos produtores e os sem-terra.

A mudança dos índices atuais, elaborados em 1980, foi uma das promessas de Lula na campanha eleitoral de 2002. Em oito anos de governo, porém, ela não cumpriu o prometido. Sob pressão da bancada ruralista no Congresso, constituída em grande parte por parlamentares do PMDB, e dos dois ministros que ocuparam a pasta da Agricultura no período, Roberto Rodrigues e Reinhold Stephanes, ele manteve os números.

A declaração de Dilma foi bem recebida pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva. “Temos acompanhado o trabalho do pesquisador Eliseu Alves, da Embrapa, que considera as modernas técnicas de produção, encara a propriedade rural como unidade de negócios, avalia o mercado, em vez de utilizar apenas os conceitos de terra e trabalho, como vinha sendo feito”, afirmou.

Silva também elogiou as declarações da presidente eleita sobre a necessidade de melhorias nos assentamentos rurais já existentes.

Ela disse: “É fundamental garantir para o assentado e o agricultor familiar uma renda monetária. Temos de fazer uma revolução no sentido de transformar os agricultores em proprietários, fazer com que seus filhos tenham acesso a educação de qualidade.”

Segundo Ramalho, o melhor que Dilma pode fazer é investir nos assentamentos existentes.

“Se um dia eu me perguntar, vou dizer que essa é a maneira de não se perder o que o País já investiu em assentamentos que hoje são deficientes e improdutivos.”

Consultada pelo Estado, a coordenação do MST não se manifestou. O site da entidade na

internet destacou a parte da declaração na qual Dilma manifesta respeito pelo movimento: “Sempre me neguei a tratar o MST como caso de polícia. No meu governo, não darei margem para um Eldorado de Carajás.” Para o MST, seria um recado ao governador eleito Simão Jatene (PSDB), do Pará, Estado onde ocorreu o massacre, em 1996. O site não publicou a parte seguinte da declaração de Dilma: “Mas não compactuamos com ilegalidades, nem com invasão de prédios públicos nem com invasão de propriedades que estão sendo produtivamente administradas.”

**Cresce apetite da Radar por aquisição de terras** – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 04/11/2010

A Cosan, maior produtora de açúcar e álcool do país e terceira no ranking de distribuição de combustíveis, negocia a compra de 60 fazendas localizadas no Cerrado brasileiro e no Estado de São Paulo, em transações que podem chegar a US\$ 800 milhões. Juntas, essas propriedades somam uma área de 350 mil hectares. As negociações estão a cargo da Radar, empresa de terras criada em 2008 e na qual a gigante tem uma fatia de 18,9%.

Nos últimos dois anos, a Radar adquiriu 180 fazendas em São Paulo, Mato Grosso, sul do Maranhão e oeste da Bahia. São 84 mil hectares no total, que demandaram investimentos de US\$ 440 milhões, conforme Ricardo Mussa, principal executivo da empresa de imóveis rurais. Com esse valor já aplicado, a Radar ainda tem disponíveis US\$ 115 milhões para investir na ampliação de seu portfólio, uma vez que o aporte total já autorizado por seus acionistas chega a US\$ 555 milhões.

“A joint venture com a Shell vai ampliar ainda mais a nossa oportunidade de investir”, diz Mussa, sinalizando que essa pode ser uma das fontes de recursos para os negócios de terras em andamento.

Apesar de ter apenas 18,9% do capital da Radar, a Cosan, que criou a companhia, é sua controladora (direito a voto). Os outros investidores, fundos de pensão americanos, detêm os 81,1% restantes.

A Cosan tem direito de ampliar essa participação em mais 20% nos próximos dez anos, elevando sua participação total para 38%. “Essa subscrição adicional pode ser feita ao valor inicial de contribuição, corrigido pelo IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo]”, diz Marcos Lutz, CEO da Cosan.

O foco da Radar é, em um primeiro momento, arrendar terras para cultivo de algodão, soja, milho e cana-de-açúcar. Depois que atingirem um nível de valorização desejável, essas terras serão vendidas para que os investidores tenham seu retorno, diz Mussa.

“Já estamos realizando as vendas de algumas fazendas, dois anos após a criação da Radar, dada a elevada valorização desses ativos”, afirma o executivo.

De acordo com informações de Mussa, uma avaliação feita por uma auditoria independente em 30% do portfólio de terras da companhia identificou valorização média de 50% em dois anos.

Lutz, que não vislumbra no momento nenhuma mudança societária para a Radar, destaca que a empresa de terras oferece contratualmente duas opções de liquidez para os investidores, sendo que uma delas é a possibilidade de abertura de capital em

bolsa. “Mas nada impede que estudemos juntamente com os investidores outra forma de liquidez”, acrescenta.

O plano inicial da Radar era atingir o portfólio de 80 mil hectares em cinco anos, prazo que foi reduzido pela metade. Mussa afirma que a companhia hoje estuda replicar esse modelo de negócios de compra e venda de terras para a América Latina.

O mercado de terras no Brasil movimenta por ano negócios da ordem de US\$ 40 bilhões, segundo estimativas da Cosan. Levantamento realizado pela companhia aponta que em 2020 a atual área cultivada com soja no país sairá dos atuais 22 milhões de hectares para 29 milhões. A de cana-de-açúcar vai dobrar de 7 milhões de hectares para 14 milhões.

“O diferencial está em conseguir antecipar onde vai acontecer a valorização”, afirma Mussa

### **Crédito rural permite compra de imóvel para investimentos em plasticultura – Sítio Eletrônico do INCRA – 09/11/2010**

Conhecimento, empreendedorismo e acesso ao crédito rural foram os ingredientes do sucesso de uma família de seis irmãos, no interior de São Paulo. Parte da trajetória começa com a ideia, proposta pelo advogado de uma federação de agricultores, de formar uma associação de agricultores para compra de um imóvel rural. Com isso, eles puderam multiplicar o valor do crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) pelo número de beneficiários e comprar uma propriedade em conjunto.

O objetivo era atuar na plasticultura - produção em área coberta - que permite trabalhar com pequenas extensões de terra. Os irmãos compraram 10,5 alqueires e contam que produzem efetivamente em três alqueires. Cada um deles ficou com 1,5 alqueire e atua de forma individualizada. "Se utilizar estufa na agricultura familiar, não tem para ninguém", comemora o produtor Paulo Rogério da Purificação, de 36 anos, que é também o braço da família no setor de comercialização.

**Plasticultura** - Mas a história deles começou bem antes, com outro irmão, o Carlos Alberto, de 50 anos. Quando ainda era funcionário de uma fazenda em Dracena, próximo à divisa com o Mato Grosso do Sul, recebeu a proposta de mudar-se para Itapetininga, interior de São Paulo, para trabalhar com o antigo patrão. Na cidade de clima ameno, propícia ao cultivo em plasticultura, ele aprendeu a técnica.

Em 2001, sem querer uma vida de permanente empregado, Carlos Alberto chamou o irmão Paulo para morar em Itapetininga, onde resolveram arrendar uma

área para uso da técnica de plasticultura. Os negócios iam bem, mas investir na própria terra era o desejo de ambos. Em 2007, surgiu a solução: o acesso ao crédito rural, um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na época, o crédito para cada agricultor era de R\$ 40 mil. Eles juntaram sete pessoas - quatro irmãos e outros três - e adquiriram uma área no valor total de R\$ 240 mil, sendo que os R\$ 40 mil restantes foram utilizados para reforma e construção. Como a plasticultura exige capital para ser implantada, dois parceiros saíram do negócio. Foi neste estágio que outros dois irmãos assumiram.

Passados quase três anos de carência, os agricultores já iniciaram o pagamento do crédito rural e só veem vantagem no financiamento, contratado pelo prazo de 15 anos. "O arrendamento custava R\$ 4,2 mil ao ano. Com o crédito rural, pagamos apenas R\$ 3 mil por uma terra que é nossa", compara Paulo. Ele diz ainda que os lucros com a plasticultura dependem do número de estufas trabalhadas. Com o cultivo de duas, o lucro líquido anual chega a R\$ 60 mil por ano.

Produção - As principais vantagens da plasticultura, segundo eles, são maior qualidade e produtividade, em relação ao campo aberto. Como consequência, os produtos têm mercado garantido. "Eu precisaria do dobro de área para produzir a mesma quantidade em campo aberto. Não dependo de chuvas, nem de geadas", afirma Carlos.

Ele destaca também a redução no uso de defensivos agrícolas. Na parte de solo, todo adubo utilizado é orgânico, pelo processo de compostagem. Por via aérea, as plantas ainda recebem produtos químicos, mas Carlos garante que a adubagem orgânica diminui a necessidade de pulverizações. "No caso do tomate, é possível reduzir de cinco para duas pulverizações", comenta.

Para irrigar as plantações de tomate, pepino e pimentão, nas estufas, é utilizado o sistema de gotejamento, no qual a água é levada por pressão, por meio de tubos. A irrigação e a fertilização ocorrem por meio de duas bombas que trabalham conjuntamente, uma leva a água e a outra os fertilizantes.

Mas esta não é uma atividade de facilidades, alerta o irmão Paulo. O sucesso depende de dedicação, muito trabalho e investimentos constantes, com a aplicação dos lucros na produção. Ele exemplifica, mostrando que em uma área de 1,5 alqueire já empregou mais de R\$ 300 mil. Para as atividades produtivas, os agricultores também já acessaram outras linhas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Crédito fundiário - Com o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, o valor do crédito para aquisição de terras dobrou, passando de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil, por agricultor. O prazo de carência também foi ampliado para três anos. Para financiamento de até R\$ 30 mil, o agricultor pode pagar em até 17 anos; para imóveis rurais entre R\$ 30 mil a R\$ 80 mil, o prazo é de 20 anos.



## **MDA/Incra e Embrapa lançam plano de reflorestamento em terras da reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDS - 10/11/2010**

Viabilizar uma fonte de renda sustentável para assentados da reforma agrária e, ao mesmo tempo, recuperar áreas desmatadas da Amazônia Legal. Esta é uma alternativa de desenvolvimento rural que ganhou força no início deste mês, graças à assinatura de um Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Por meio dele agricultores dos municípios do Arco Verde serão capacitados para atuarem como fornecedores de sementes e mudas que serão usadas na recomposição das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (ARL) na Amazônia. As sementes e mudas poderão suprir diretamente os próprios assentamentos demais agricultores e outros futuros demandantes de espécies florestais na região.

O investimento total do Incra no projeto chega a R\$ 12 milhões. Os recursos serão transferidos para a Embrapa e vão financiar os trabalhos de pesquisa, implantação e legalização de áreas de coleta de sementes nativas e produção de mudas, dentro e fora dos assentamentos.

A primeira etapa das atividades, previstas para o fim deste ano e 2011, abrange mais de 20 mil hectares e vai beneficiar diretamente pelo menos 10 mil famílias assentadas. Ao todo, estão envolvidos projetos de assentamento dos municípios paraenses de Marabá, Itupiranga, Pacajá e Paragominas. No Mato Grosso, serão atendidos os municípios de Querência, Peixoto de Azevedo, Nova Ubiratã e Confresa.

### **Metodologia**

Em cada um dos oito municípios selecionados, será feito um levantamento da cadeia produtiva florestal e do tipo de vegetação característica, para definir as espécies mais indicadas para o reflorestamento. Em seguida, serão selecionadas pelo menos dez árvores nativas que servirão como matrizes das espécies em cada povoamento natural. A quantidade de mudas necessárias para reabilitação de cada área a ser recuperada será definida por meio de levantamento junto ao Incra, tendo como base os estudos de avaliação das APP e ARL.

Também serão identificados ou implantados em local estratégico de cada um dos oito municípios viveiros para produção de mudas, que serão submetidos ao controle de qualidade e às normas legais vigentes no país. Por fim, serão promovidos dois cursos de capacitação para trinta assentados, em cada município. No total, serão 16 cursos voltados para 480 assentados. A idéia é que eles dominem a técnica de coleta de sementes e produção de mudas, e sejam multiplicadores desse trabalho em suas comunidades. A Embrapa também produzirá cartilhas e manuais técnicos sobre identificação, marcação de árvores matrizes, coleta e conservação de sementes.

Serão oferecidos cursos reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) destinados a viveiristas, agricultores familiares, assentados e demais interessados na produção de mudas. Os temas abordados envolvem protocolos de germinação, propagação vegetativa, adubação, pragas e doenças, entre outros.

#### Incentivo

A implantação de um programa de incentivo à coleta de sementes e produção de mudas para comercialização é uma demanda antiga da região, que vem sendo apoiada nos últimos anos pelo governo federal. “Não estamos propondo algo novo, mas reconhecendo inúmeras iniciativas praticadas por pequenos agricultores há mais de 30 anos e que hoje são modelo de viabilidade ambiental para a Amazônia”, explica o engenheiro agrônomo João Daldegan, um dos servidores do Incra envolvidos no trabalho.

É importante salientar, no entanto, que o sucesso do programa pressupõe a continuidade das ações, por meio do fomento à comercialização de sementes e mudas e do incentivo e orientação aos assentados para adotarem o sistema agroflorestal, que consiste basicamente na manutenção da mata original da floresta e a exploração racional de suas espécies nativas.

Por meio dos programas de crédito e de assistência técnica, o Incra tem incentivado a mudança da matriz produtiva dos assentamentos neste sentido. A ação conjunta e articulada com a Embrapa garantirá a expertise necessária para qualificar esse trabalho. “A ideia é garantir uma fonte de renda consistente para o assentado por meio da recuperação da capacidade produtiva das áreas de reserva legal”, acrescenta Daldegan.

#### Operação Arco Verde

A operação Arco Verde do Governo Federal foi institucionalizada pelo Decreto nº 7.008, de 12 de novembro de 2009, para reduzir o nível de desmatamento nos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. O objetivo é favorecer a transição do atual modelo de produção para um modelo sustentável, através de um conjunto de programas. A região foi estrategicamente escolhida pelos altos índices de desmatamento mapeado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe).

**Brasiguaios ligados ao MSTparam Rodovia** - João Naves de Oliveira e José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 12/11/2010

Mais de 1.500 sem-terra ligados ao MST bloquearam ontem a BR-163, em Itaquiraí, em Mato Grosso do Sul, onde vivem em um acampamento

nas margens da rodovia. A manifestação foi em protesto contra a situação enfrentada por 600 famílias de trabalhadores rurais brasileiros expulsas do Paraguai durante conflitos de terras no país vizinho – conhecidos como brasiguaios.

Sem meios para sobrevivência, os sem-terra afirmam que estão passando fome, por causa da falta de alimentos, principalmente para as quase 500 crianças do acampamento.

São pouco mais de 3 mil desempregados a espera de terra do Incra”, disse um dos líderes. Segundo a maioria, a situação poderá ficar pior, caso aceitem mudar para outro local. Uma ordem judicial determina que a permanência do acampamento denominado Antônio Irmão seja no máximo até o próximo dia 18, por causa das obras de duplicação da BR-163, que estão bem próximas do local.

Ouvidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Sidney Ferreira

de Almeida, esteve negociando com os manifestantes, juntamente com o chefe do Incra na região, José Osmar Bentinho, mas não chegaram a um acordo. Parte do sem-terra não quer arrear pé do acampamento, outra parcela concorda em mudar provisoriamente para uma gleba de 12 hectares na Fazenda Santo Antônio, também em Itaquiraí. Os dois dirigentes do INCRA prometem iniciar hoje a distribuição de cestas básicas para todo o acampamento. Depois da promessa, a rodovia foi liberada e novas rodadas de negociações deverão ocorrer hoje. Segundo os líderes do movimento, o bloqueio poderá continuar, caso as reivindicações não sejam atendidas.

Invasão. Na primeira ação no Estado de São Paulo após a trégua das eleições, 30 integrantes do MST invadiram uma gleba de 206 hectares da antiga fazenda Faxinal, em Bauru, no centro oeste do Estado, segundo a Polícia Militar.

A área, desmembrada de uma porção maior, é considerada uma propriedade produtiva, conforme certidão do Incra. A advogada Livia Fernandes Ferreira, que representa o proprietário, entrou com pedido de reintegração de posse no Fórum de Bauru.

De acordo com ela, a fazenda tem criação de gado e áreas de cultura.

Os sem-terra são provenientes do Assentamento Aimorés, localizado no município de Pederneiras e administrado pelo Incra. A coordenação estadual do MST informou que o grupo em questão não pertence ao movimento. A Polícia Militar, no entanto, constatou que os sem-terra usavam bonés e bandeiras do MST.

Apropriedade já tinha sido invadida este ano durante o chamado “abril vermelho” – a jornada anual de lutas do movimento.

Naquela ocasião, a Justiça determinou o despejo dos invasores.

Recrutamento. De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Bauru, Maurício Lima Verde, o MST está recrutando militantes com a promessa de lotes de terra em bairros da periferia da cidade, como as vilas São Paulo e Esperança. O representante dos ruralistas disse temer uma onda de invasões na região.

**Presidente do Incra rebate CNA e diz que recursos vão para necessitados** – Folha de São Paulo – Poder – 12/11/2010

**DE BRASÍLIA** - Munido de um quadro sobre reforma agrária nos governos Lula e FHC, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, rebateu críticas da presidente da CNA

(Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Em entrevista à **Folha**, a senadora disse que "falta estratégia e sobra ideologia" na política agrária do governo Lula. Segundo Hackbart, os recursos públicos federais são prioritariamente para os mais necessitados no meio rural. "Combater a pobreza no meio rural é a grande estratégia" da gestão petista, diz. Hackbart pondera, porém, que os grandes produtores nunca tiveram tanto acesso a crédito e a investimentos do BNDES quanto agora. O presidente do Incra também faz comparações entre o atual governo e o anterior, destacando a redução da taxa de pobreza na área rural -que, diz ele, caiu de 56% para 39%.

Segundo os dados usados por Hackbart, o governo Lula só "perde" para o de FHC no número de assentamentos criados: 4.280 contra 3.402, o que revela, segundo o Incra, uma opção da atual gestão em assentar mais famílias em menos áreas.

Juiz manda despejar sem-terra de fazenda – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 13/11/2010

O juiz Sérgio Augusto de Freitas Jorge, da 2.<sup>a</sup> Vara Cível de Pederneiras, no centro-oeste do Estado, mandou despejar as 30 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) que invadiram uma gleba da Fazenda Faxinal, na quarta-feira.

A liminar foi dada ontem em ação de reintegração de posse movida pela advogada Livia

Fernandes Ferreira, que representa o dono da propriedade. No despacho, o juiz narra que

os sem-terra “entraram na área arrebitando cercas, invadindo as áreas de pasto e construindo suas barracas, conforme Boletim de Ocorrência e fotografias”. Ele autorizou o “uso de reforço policial para assegurar o imediato cumprimento da ordem”.

Também determinou à Prefeitura providenciar assistentes sociais e ambulâncias para acompanhar o despejo. Os sem-terra são provenientes do Acampamento Aimorés, instalado pelo Incra num antigo horto florestal, entre Bauru e Pederneiras.

O grupo já havia invadido a fazenda este ano no chamado “abril vermelho” – a jornada de lutas do MST. A propriedade é considerada produtiva pelo Incra.

Ligações. De acordo com o Sindicato Rural de Bauru, o MST tem ligações com outros movimentos, como a Federação dos Agricultores Familiares e sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Eles agem em conjunto para recrutar pessoas

nos bairros da periferia, trocam informações e se misturam quando fazem as invasões”, disse o presidente Maurício Lima Verde.

Segundo ele, os líderes chegaram a anunciar uma lista das fazendas que serão invadidas.

O ruralista conta que as terras desapropriadas pelo Incra para formar o assentamento foram insuficientes para acomodar o grande contingente de famílias recrutadas pelos movimentos.

“Os sem-terra que sobraram ficam invadindo as propriedades próximas.”

O sítio Santa Marina, do produtor Antonio Aversa Neto, apesar de possuir apenas 31 hectares, permaneceu invadido durante 445 dias. A área só foi desocupada, mediante

despejo judicial, em outubro. Mas a estrada de acesso, que corta o assentamento, continua bloqueada. Os assentados construíram cerca de 100 barracas para impedir a passagem do produtor.

Ontem, Aversa Neto enviou notificação à prefeitura pedindo o desbloqueio da passagem, já que a estrada é municipal.

Despejo. O MST negou que os invasores de Pederneiras sejam ligados ao movimento. De acordo com a assessoria de imprensa, grupos ligados a outros movimentos também estão na região. Na terça-feira, 70 famílias vinculadas à Federação da Agricultura Familiar foram despejadas de outra gleba da fazenda Faxinal.

A ordem de despejo foi cumprida pela Força Tática da PM de Bauru.

A líder dos sem-terra Márcia Cristina Lopes reclamou das condições dos veículos enviados para transportar os invasores. Segundo ela, os caminhões estavam em estado precário de conservação e os pertences dos sem-terra caíram na estrada.

### **Brasiguaios dizem que vão radicalizar protestos em MS - JOÃO NAVES DE OLIVEIRA – Estado de São Paulo – Nacional – 13/11/2010**

Os sem-terra brasiguaios acampados nas margens da BR-163, em Itaquiraí (MS), ameaçam “radicalizar os protestos” para não desocupar a área até a próxima quinta-feira. O prazo de retirada das mais de 600 barracas de lona plástica, foi determinado pela Justiça. As obras de duplicação da rodovia tomarão toda extensão do trecho atualmente ocupado pelos brasiguaios, ligados ao Movimento dos Sem-Terra.

Anteontem, cerca de 1.500 moradores do acampamento bloquearam a estrada, reivindicando alimentação. Ontem, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) distribuiu 403 cestas básicas para os sem-terra.

“No momento não haverá mais negociação”, disse o superintendente regional do Incra,

Manuel Furtado Neves. Ele explicou que o Incra já viabilizou uma área de 8 hectares, perto do acampamento. “É provisória, porque estamos a procura de terra para assentar os brasiguaios”, afirmou Neves.

“Outra saída seria a desapropriação de uma fazenda em Naviraí, de 3.700 hectares, Mas depende de liberação da Funai, pois pode ser terra indígena.”

Há resistência de pelo menos metade dos brasiguaios, que dizem que somente vão aceitar a mudança se o lugar definido tenha o mínimo de estrutura para as famílias. /

JOÃO NAVES DE OLIVEIRA,  
ESPECIAL PARA O ESTADO

### **PF prende 8 acusados de integrar esquema de desmatamento ilegal – Folha de São Paulo – Poder – 13/11/2010**

**DE MANAUS** - A Polícia Federal do Pará desmontou ontem um esquema de fraudes em documentos dentro da Sema (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) que servia para facilitar o desmatamento ilegal da floresta amazônica.

Sete acusados, sendo três mulheres, foram presos em Belém, e mais um outro em Fortaleza (CE). Um acusado está foragido da polícia. Entre os presos na ação, chamada Operação Térmita, quatro são servidores da secretaria. Eles são acusados dos crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva, peculato e concussão. A PF apontou como líder do esquema o engenheiro agrônomo Edson Carvalho Brasil. Ele, que está detido em Belém, era o responsável pelas vistorias nas madeireiras e pela fiscalização nas áreas de extração de madeira. Desde 2009, a polícia monitorava o grupo. Os outros acusados são despachantes, responsáveis pela emissão de documentos das madeireiras na Sema. Segundo a PF, o grupo fraudava os documentos de vistorias, as licenças e os cadastramentos das empresas. De acordo com a investigação, cada documento fraudado rendia o grupo de servidores de R\$ 5.000 a R\$ 10.000. A polícia não estimou o total arrecadado por eles com as fraudes nem o total da área desmatada ilegalmente no Pará. O governo do Pará não comentou a prisão dos servidores até a conclusão desta edição. A advogado de Edson Brasil não foi localizado ontem.

**Falta de terras não atrapalha agricultura** - Fernanda Odilla e Claudio Angelo –  
Folha de São Paulo – Ciência – 13/11/2010

## DE BRASÍLIA

É a falta de crédito agrícola, não de terras para o plantio, que limita a produção de alimentos no Brasil. A conclusão é de um novo estudo de pesquisadores da USP, da Unicamp e do Inpe, que usa dados do IBGE e das Nações Unidas para afirmar que não é o Código Florestal que impede que o brasileiro tenha mais comida na mesa. A pesquisa, publicada no periódico brasileiro "Biota Neotropica", mostra que a área colhida de feijão e de arroz no país tem caído, de 6 milhões de hectares nos anos 1980 para menos de 5 milhões de hectares em 2007. Por outro lado, culturas de exportação, como cana e soja, têm crescido de forma acelerada - a última saltou de 10 milhões de hectares em 1985 para quase 25 milhões no começo desta década. A grande "engolidora" de terras é a pecuária, que ocupa 200 milhões de hectares dos 250 milhões hoje destinados à produção no país. Os pesquisadores afirmam que, se a produtividade média fosse elevada a 1,5 cabeça por hectare e o desfrute (número de animais que podem ser abatidos num rebanho) subisse dos atuais 22% para 30%, mais 70 milhões de hectares poderiam ser liberados para a produção. "Só fazer cercas para manejar o gado já aumentaria a produtividade", diz o agrônomo Luiz Martinelli, da USP de Piracicaba, autor principal do estudo. Segundo ele, o trabalho pretende ser uma "resposta técnica" a um artigo escrito por Aldo Rebelo, que afirmava ser a mudança na lei necessária porque os 190 milhões de brasileiros "precisam produzir comida". "A área para o arroz e o feijão tem diminuído, e não é por causa do código, é por

problemas de mercado", diz Martinelli. "A infraestrutura de produção e escoamento é ruim, os pequenos e os médios produtores vivem pendurados nos bancos, há insegurança fundiária." (CA e FO)

**MDA atende a mais uma reivindicação do Grito da Terra Brasil – Sítio Eletrônico da Contag – 15/11/2010**

Trabalhadores brasileiros receberam com aplausos a notícia do Ministério do Desenvolvimento Agrário de que o governo federal reconhece o Ano Internacional da Agricultura Familiar

Durante abertura do 'Encontro Continental Americano – Alimentar o mundo, cuidar do planeta', que começou hoje (13), em Brasília, o secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida, anunciou aos presentes que o governo reconhece e endossa o 'Ano Internacional da Agricultura Familiar', que era uma reivindicação do Grito da Terra Brasil, que aconteceu em maio deste ano.

O secretário falou em nome do Ministro Guilherme Cassel, que não pôde comparecer ao evento devido a uma agenda fora de Brasília. Em seu pronunciamento, Adhemar Almeida anunciou aos presentes que o governo Brasileiro reconhece o 'Ano da Internacional da Agricultura Familiar', e que vai endossar o pedido aos outros países.

Segundo o secretário os governos precisam se organizar para ter uma boa relação com a agricultura familiar afim de alcançar os avanços que teve o governo brasileiro. "O desafio agora é aprimorar o que conquistamos, melhorar o credito, a comercialização e o acesso das pessoas à esses programas", disse.

O representante do governo disse que o Brasil vive um momento muito especial em relação aos avanços obtidos pela agricultura familiar. "Até então a agricultura familiar estava ligada ao atraso e a pobreza. Agora está ligada às perspectivas de futuro", afirmou e citou alguns números do Censo Agropecuário Brasileiro, que revela o papel fundamental da agricultura familiar na produção de alimentos e no desenvolvimento econômico.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), comemorou mais essa conquista. A vice-presidente e Relações Internacionais da Contag, Alessandra Lunas, disse que o movimento sindical vai cobrar agora do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que os trâmites burocráticos sejam rápidos, para que o governo brasileiro possa endossar as reivindicações do Fórum Rural Mundial em outros continentes.

**Fonte:** Suzana Campos, Agência Contag de Notícias

## **Indústria do eucalipto toma 720 hectares por dia no país – Sítio Eletrônico da CPT – 18/11/2010**

O Brasil ganhou nos últimos anos 720 hectares por dia de plantações de eucalipto. A quantidade, estimada pela Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas, equivale a 4,5 parques Ibirapuera ou a 960 campos de futebol.

Parte das novas áreas pertence a empresas estrangeiras, como a sueco-finlandesa Stora-Enso, que viraram um dos principais alvos de críticas de grupos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra).

A árvore é utilizada na fabricação de papel, celulose e carvão vegetal ou aproveitada como madeira.

Um dos atrativos é o tempo de crescimento mais rápido da planta no país. No Brasil, ela está pronta para o corte em sete anos, enquanto na Europa leva até 25. Também contribui o baixo preço da terra em algumas regiões.

Minas, São Paulo e Bahia lideram o ranking de área plantada no país. A expansão de 2005 a 2009 das plantações foi de 10 mil km<sup>2</sup> (o DF tem 5.800 km<sup>2</sup>), segundo dados da associação do setor.

Isso ocorre apesar da crise internacional de 2008, que freou investimentos na área. Os produtores estimam um aumento ainda maior nos próximos anos. Salesópolis, cidade de 16 mil habitantes a 101 quilômetros de São Paulo, tem a economia totalmente voltada o setor de eucaliptos e pinus. Um terço do território é coberto por essas árvores, que avançam até sobre o pequeno centro do município.

A Suzano é uma das principais forças da economia local. Mas também há muitos pequenos produtores -médicos e advogados possuem áreas enquanto mantêm suas outras atividades.

Ávidos por novas atividades econômicas, cidades e Estados, como o Rio Grande do Sul, incentivam a cultura.

O MST e ambientalistas, porém, criticam a expansão das florestas plantadas. Dizem que a monocultura degrada o solo porque as plantas consomem mais água. Apontam também os riscos de incêndios e de pragas.

Questão ambiental

Dirce Suertegaray, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diz: "Esses bosques não produzem alimentos. Os animais se proliferam e vão consumir lavouras ou pomares próximos".

Para a geógrafa, as empresas estrangeiras vêm ao Brasil para cultivar a planta também como forma de fugir de leis ambientais mais rígidas dos países desenvolvidos.

O sul do Rio Grande do Sul, afetado por uma espécie de desertificação, vem sendo ocupado com plantações do tipo. De acordo com a geógrafa, a expansão do setor pode agravar o fenômeno.

No Estado, o MST invadiu unidades de florestas plantadas em diversas ocasiões nos últimos anos.

A associação dos produtores nega que as plantações causem danos ambientais. Declara que os bosques criam um habitat para a fauna e há condições de alimentação para várias espécies.

Diz ainda que o eucalipto consome a mesma quantidade de água do que florestas nativas e que existe uma série de cuidados de produtores com matas ciliares.



## **Concessões de Lula a quilombolas deixarão bomba fundiária para Dilma – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/2010**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrega amanhã o título de propriedade da terra aos

moradores da comunidade Ivaporunduva, reduto quilombola do interior de São Paulo, em Eldorado Paulista. O evento terá tom festivo, passando ao largo da polêmica e das tensões cada vez mais maiores que envolvem a demarcação de terras quilombolas – uma

das questões espinhosas no passivo social que deixará para Dilma Rousseff.

O título a ser entregue, de forma simbólica, uma vez que vigora desde maio, abrange uma área de 2,7 mil hectares, na qual vivem 70 famílias de uma comunidade tradicionalíssima, cujas origens remontam ao século 17. Ele é uma pequena parte de um grande problema: faz parte de um lote de 113 terras quilombolas tituladas, diante de um conjunto de 3.524 comunidades identificadas, segundo dados da Secretaria da Igualdade Racial – todas elas interessadas em títulos.

De acordo com estimativa feita pelo Estado, se todas as comunidades identificadas forem atendidas, o governo terá de titular 8,5 milhões de hectares – o equivalente a quase duas vezes o Estado do Rio. É uma estimativa conservadora, com base na média de títulos já expedidos, que totalizam 971,3 mil hectares, beneficiando 11.506 famílias.

No cálculo foram excluídas, por serem casos excepcionais, grandes extensões de terras devolutas tituladas no Parágrafo Quilombo Kalunga, no sertão de Goiás – o maior já regularizado.

Tem 253,2 mil hectares, hoje pertencentes a 600 famílias.

Novo cenário. As previsões de que as tensões devem aumentar no próximo governo estão relacionadas principalmente a informações contidas em relatórios do Incra. Eles mostram que as terras regularizadas eram quase todas devolutas – o que significa que pertenciam ao poder público e podiam ser tituladas com baixo índice de conflito.

Outra informação dos relatórios é que mais de 60% das terras tituladas estão na Região Norte, em áreas de florestas, ainda pouco visadas pelo agronegócio.

O cenário agora é diferente. Das 3.524 comunidades identificadas, 1.523 recorreram à Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, e obtiveram o atestado oficial de que são mesmo quilombolas. E, dessas, 996 abriram processos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pedindo titulação de suas terras.

Quem observar a lista desses processos verá que a demanda pela titulação mudou de foco. Agora cresce no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, regiões onde o agronegócio viceja a plena carga. Outra mudança é que parte das terras reivindicadas está ocupada por proprietários rurais que possuem títulos, muitos concedidos pelo governo, e costumam ir à Justiça contestar o Incra.

A contestação começa quando o Incra divulga seu relatório técnico, feito com a participação de antropólogos, definindo o tamanho do quilombo. Neste momento estão sendo discutidos 117 relatórios, que abrangem uma área de 1,4 milhão de hectares, para 15 mil famílias.

Quando os proprietários perdem na Justiça, são indenizados.

Foi o que ocorreu no caso do Quilombo Kalunga, onde 170 fazendeiros aguardam o pagamento das terras pelo Incra.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, não tem dúvida de que as tensões vão aumentar. Para ele, isso faz parte do processo político e decorre sobretudo da decisão do presidente Lula de assinar, em 2003, o Decreto 4.487, que regulamentou o dispositivo transitório da Constituição de 1998, sobre os direitos dos quilombolas.

Segundo Hackbart, o decreto tornou efetiva a decisão dos constituintes e estimulou as comunidades a reivindicarem direitos. “Milhares de famílias que viviam esquecidas nos quilombos passaram a fazer parte da República Federativa”, diz.

**AGRICULTOR DIZ QUE NÃO QUER MORRER SEM ‘PAPEL’** – Jose Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/2010

O agricultor Diniz Estevão de Lima vai fazer 71 anos em dezembro e não quer morrer antes de ver “o papel escrito” dos 166 hectares que seus filhos, netos e parentes ocupam no Quilombo do Jaó, na zona rural de Itapeva, a 285 km de São Paulo. “A saúde está boa, mas nuncas se sabe... O tempo vai passando e o documento não sai”, reclama.

Muito antes da Constituição de 1988, as famílias descendentes de escravos já lutavam pelo reconhecimento de sua propriedade sobre aquele “capão de terra” deixado como herança pelo casal Joaquim Carneiro de Camargo e Josepha Paula Lima. Eles eram escravos do fazendeiro Honorato Carneiro de Camargo, que adotou Joaquim como filho e deu a ele as terras conhecidas como Sítio da Ponte Alta.

Lima sabe por ouvir dizer que a doação foi feita logo depois da abolição da escravatura, em 1888. “Quem sabia bem de tudo isso era meu cunhado Hilário, mas, coitado, não aguentou esperar.”

Hilário Martins morreu há cinco anos e não se manifestou para conseguir que a Fundação Instituto

de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) reconhecesse a comunidade quilombola. Durante décadas, ele impediu que os familiares – eram todos parentes, ali – vendessem as terras para os fazendeiros da região. Chegou a brigar quando um fazendeiro começou a soltar o gado na área “dos pretos”. “Ele nunca deixou que as famílias se dispersassem.

Houve diferenças internas, mas todos ficaram por aqui”, conta Diniz.

O relatório técnico-científico com a identificação do território quilombola saiu em 2000. Na época, eram 63 famílias. Hoje, são 85, num total de 460 pessoas. As casas, a maioria de tábuas ou de barro, embora algumas já sejam de alvenaria, se concentram nas proximidades da estrada vicinal que liga as fazendas do entorno a Itapeva. O núcleo tem uma escola, com ensino até a 8.ª série, um posto de saúde e dois galpões – um para atividades, o outro para a produção agrícola.

Diniz mora numa casa de tábuas com a mulher Floriza, de 66 anos, e uma cunhada.

As casas dos dois filhos, também de tábuas, são vizinhas. Num mora Orlei, de 32 anos,

com a mulher e o casal de filhos; na outra, Orlando, a mulher e seus dois meninos. “Os garotos do Orlei já estão na escola”, conta o avô. Ele diz que os filhos, “iludidos pela promessa de terra” não quiseram sair do Jaó. Os dois trabalham como boias-frias em fazendas próximas, como a maioria dos homens do quilombo.

A comunidade está cercada por grandes fazendas de gado, grãos e laranja, além de reflorestamento de pinus. “Dizem que a terra aqui vale muito, mas para nós não tem preço”, afirma Diniz.

Ele mesmo deixou a comunidade aos 18 anos para estudar em Itapeva. “Não sabia nem

ler, nem escrever. Trabalhava de servente de pedreiro de dia e estudava de noite.” Foi só aprender a ler e voltou para casa.

Hoje, ele considerava a vida no quilombo. “Tem água de poço, encanada, energia elétrica, tem médico duas vezes por semana.

Agentes planta arroz, milho, feijão, cria umas galinhas, uns porcos.

Só falta um pouco de chuva”, diz, de olho no céu sem nuvens.

### **FHC cedeu mais títulos, mas áreas sem disputa – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/2010**

No período 1995 a 2002, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foram titulados 777,7 mil hectares de terras para comunidades quilombolas. Esse número é quatro vezes maior do que a área titulada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de 193,6 mil hectares.

Para entender a diferença é preciso lembrar que no período de Fernando Henrique foram titulados quilombos mais facilmente identificados, com pouca disputa, e localizados em grandes áreas de terras devolutas. Os títulos foram distribuídos em grande parte pelos institutos estaduais de terras, responsáveis pelas áreas devolutas. Foram beneficiadas 6.771 famílias, de 90 comunidades. Lula, numa área menor, atingiu 93 comunidades e 4.735 famílias.

O incremento aparece mais na cena em decorrência da necessidade de desapropriar áreas particulares reivindicadas pelos quilombolas.

São processos mais demorados, que dependem do Judiciário. Mas não só. Assim como na questão da reforma agrária, quando evitou atualizar os índices de produtividade, para não irritar a bancada ruralista no Congresso, Lula preferiu investir mais na concessão de benefícios sociais aos quilombolas do que no confronto agrário.

As ações de governo variaram de distribuição de cestas básicas a construção de casas. Em 2008, cerca de 20 mil famílias de quilombolas estavam incluídas no Programa Bolsa-Família. No ano passado eram 25 mil.

O acesso aos benefícios estimulou novas comunidades a se identificarem como quilombolas.

“Depois que se apresentam e conseguem o certificado da Fundação Palmares, as comunidades ficam aptas a acessar as políticas que beneficiam os quilombolas”, diz Ivonete Carvalho, diretora de programas de comunidades tradicionais, da Secretaria da Igualdade Racial.

Nenhum órgão do governo sabe dizer quantas famílias de quilombolas vivem no País.

A Fundação Palmares estima em 124 mil famílias a população das 1.523 comunidades às quais já concedeu certificados. Considerando a média de 4 pessoas por família, seriam

500 mil pessoas. / R.A

### **Florestas e quilombos são os mais afetados – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 21/11/2010**

Entre as categorias que mais diminuíram estão aquelas classificadas como “prioritárias” para a recarga dos aquíferos, remanescentes florestais e remanescentes

de quilombos, segundo estudo feito pela entidade não governamental Instituto Centro de Vida, quemonitoraodesmatamento na região. Áreas originalmente destinadas a Unidades de Conservação encolheram 400 mil quilômetros quadrados, na versão final do projeto.

A área classificada como categoria 1, onde é indicada a manutenção ou intensificação das atividades econômicas, cresceu expressivos 67%.

Com isso, 156 mil quilômetros quadrados de terras deixaram de ser classificadas como de média e alta proteção para reforçarem o agronegócio do Estado. A extensão de terra extra para a agricultura e pecuária equivale a pouca mais de 60% do Estado de São Paulo.

Aprovado pela Assembleia Legislativa entre o primeiro e o segundo turnos das eleições, por 19 votos contra apenas 1, o projeto foi festejado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado.

“É claro que não agradou a todos os setores, mas nós, produtores rurais, sabemos da importância da aprovação dessa lei”, declarou o presidente da federação, Rui Prado, em declaração reproduzida pelo site da Assembleia Legislativa. Entidades da sociedade civil assinaram manifesto de repúdio ao texto.

Desmatamento. Um novo avanço no desmatamento em MT, proporcionado pelo projeto de lei de zoneamento, vai na contramão das sucessivas quedas no ritmo das motosserras no Estado, que ainda ocupa a segunda posição no ranking dos que mais desmatam a Amazônia.

Em 2004, foram abatidos quase 12 mil quilômetros quadrados de floresta no Estado, oito vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

No ano em que o desmatamento bateu recorde histórico, Mato Grosso estava no topo da

lista dos desmatadores. Desde então, o ritmo do desmatamento vem perdendo fôlego, com exceção de um novo aumento registrado entre 2007 e 2008. Mato Grosso perde a liderança do ranking para o Pará.

No período de coleta de dados para a próxima taxa oficial, entre agosto de 2009 e julho deste ano, os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registraram nova queda no ritmo das motosserras, embora o resultado no Estado ultrapassasse o tamanho da cidade de São Paulo, em um retrato ainda preliminar. /MARTA SALOMON

## **PF mobiliza 250 agentes para despejar Sem Terra no RJ – Sítio Eletrônico do MST – 22/11/2010**

Trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST foram despejados e deixados na chuva na última quarta-feira (17), após ação de reintegração de posse na Fazenda Bom Jardim, em Córrego do Ouro, distrito de Macaé, região norte do estado do Rio de Janeiro. Neste dia, as polícias Federal e Militar, a Justiça e a Prefeitura de Macaé demonstraram a pior face da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais por

parte do poder público. As 180 famílias que ocupavam parte dos 1650 hectares da propriedade não emitiram nenhum tipo de resistência e foram obrigadas a passar uma noite chuvosa desabrigadas.

A ordem de despejo foi emitida pela Juíza Federal de Macaé Angelina de Siqueira Costa. A orientação da Juíza à Polícia Federal foi de retirar as famílias imediatamente e descartar seus pertences. O impasse só foi resolvido quando uma Igreja Católica de Macaé se propôs a receber as famílias por alguns dias. Já a prefeitura da cidade não permitiu, sequer, que mulheres e crianças dormissem naquela noite em um parque de exposições do município.

### **Desrespeito aos direitos humanos**

Representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Macaé foram destratados pelo delegado da Polícia Federal que chefiava a operação. Um assessor da comissão quase foi retirado à força da área pelos policiais por estar fotografando e filmando, sob acusação de que usaria as imagens contra os agentes da PF. A forma ríspida de tratamento se repetiu com representantes do Incra e da Comissão de Direitos Humanos da Alerj – Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Com as famílias o tratamento foi ainda mais grave. Os mais de 250 agentes da PF e PM exigiram que os acampados retirassem seus pertences em poucos minutos, sob ameaça de terem suas moradias destruídas e seus objetos pessoais incendiados. Os moradores, inclusive crianças, foram colocados em caminhonetes e transportados até a saída da fazenda, sem saber para onde seriam encaminhados. Alguns foram atacados por gás de pimenta.

O latifúndio avaliado como improdutivo pelo Incra, há mais de 2 anos, é de propriedade da Campos Difusora LTDA, empresa de Rádio e TV do norte fluminense que tem como um dos sócios o arrendatário da fazenda José Antônio Barbosa Lemos. Político influente, José Antônio já foi prefeito de um município da região e deputado estadual. De acordo com a Constituição Federal, a propriedade deve ser encaminhada para fins de Reforma Agrária. No dia 2 de setembro, o presidente Lula assinou o decreto de interesse na desapropriação, respaldando a decisão do Incra e a posição do MST em cobrar a reforma agrária daquelas terras. “Existe a avaliação do Incra, existe o decreto do presidente da República e agora vem a juíza descumprir e tomar uma decisão a favor do fazendeiro. Mas não vamos resistir, não queremos conflito”, declarou um coordenador do acampamento.

### **Solidariedade**

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, vereador Danilo Funke (PT), tentou uma autorização do prefeito ou de algum responsável pelo

parque para que as famílias pernoitassem junto a suas coisas, que haviam sido levadas para lá. “Esgotamos todas as tentativas. A prefeitura pode até ser contra o movimento, mas é obrigação zelar pela vida e o bem estar das pessoas. A proposta era apenas uma noite e foi negada com veemência”, declarou o único vereador de oposição da cidade. Após articulação do vereador e sua assessoria, da comissão de Direitos Humanos da Alerj e da coordenação do MST, o padre Mauro ofereceu um espaço que, apesar de pequeno, foi a única saída para que o desfecho não fosse pior para as pessoas. “Fizemos a nossa parte de acolher aquelas famílias que foram negadas por todas as estruturas de governo. Crianças, idosos e gestantes não poderiam dormir na rua de forma alguma. Não temos o melhor espaço, mas somos solidários ao desespero e a luta das famílias por terra e justiça social”, declarou o padre Mauro.

**Acusados do Massacre de Felisburgo não foram julgados** – Sítio Eletrônico do MST – 22/11/2010

O Massacre de Felisburgo – que vitimou cinco trabalhadores rurais – completou seis anos no último sábado (20). Mesmo passado esse tempo, nenhum acusado do crime foi preso ou julgado. O réu confesso do Massacre é o fazendeiro Adriano Chafik.

### **Ouca a reportagem na RadioagênciaNP**

Além de participar diretamente da ação, contratou 16 pistoleiros para atacar as 230 famílias do acampamento Terra Prometida, na fazenda Nova Alegria. O acampamento é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um jagunço já morreu sem ser julgado. Outros 15 continuam em liberdade.

Os assassinatos ocorreram no município de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Para o assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Frei Givander Moreira, a impunidade no caso representa o retrato da violência no campo brasileiro e a falta de reforma agrária no país.

“Neste ano de 2010 nenhuma fazenda foi desapropriada em Minas Gerais, somente algumas foram compradas dentro de uma reforma agrária de mercado. A constituição de 1988 continua sendo rasgada por alguns políticos brasileiros.”

Para piorar a situação dos acampados da fazenda Nova Alegria, a Justiça suspendeu a desapropriação da área que havia sido conquistada após o massacre.

“A desapropriação da fazenda que havia sido feita por causa do crime ambiental cometido por Adriano Chafik foi suspensa pelo poder judiciário. Agora estamos com essa demanda judicial e vamos lutar para reverter este processo.”

Mesmo com a decisão, os trabalhadores continuam na área. 50% do que é comercializado na feira do município de Felisburgo é produzido no assentamento Terra Prometida.

**PAA beneficia assentados da reforma agrária** – Sítio Eletrônico do MDS – 23/11/2010

A importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no apoio aos assentamentos da Reforma Agrária será um dos temas apresentados em oficina durante o Seminário Nacional do PAA que acontece entre 24 a 26 de novembro, no Hotel Nacional, em Brasília. Cerca de 800 pessoas são esperadas ao evento, entre representantes dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e de gestores públicos das três esferas de governo.

Uma das experiências será das cooperativas localizadas em Porto Alegre (RS). Elas são beneficiadas pelo PAA desde 2003, por meio das modalidades Compra com Doação Simultânea e Formação de Estoques.

Outro caso de sucesso é o dos assentados da reforma agrária do sul da Bahia. Eles contam com o PAA desde 2006, e o programa apoia as agroindústrias familiares da região no processamento de frutas.

Finalmente, a terceira experiência mostra os trabalhadores rurais da região do Alto Sertão de Sergipe. Os assentados locais participam do PAA-Leite desde 2006. O Programa beneficia cerca de 220 pessoas. Antes do PAA, toda a produção era entregue ao mercado informal, que pagava um preço ao produto muito abaixo do valor de mercado.

**Kátia Abreu apresenta projeto na COP-16** – Estado de São Paulo – Vida – 28/11/2010

Criticada por ambientalistas por apoiar mudanças no Código Florestal, a senadora Katia Abreu (DEM-TO) fará o lançamento internacional, durante a Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-16), que começa amanhã em Cancun, do Projeto Biomas. A iniciativa é uma parceria entre a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com duração de nove anos, e envolve a proposição de soluções técnico-científicas para conciliar produção agrícola e proteção dos biomas brasileiros. A senadora também foi a COP-15, em Copenhague.

**Campanha tenta salvar escola do MST – José Ernesto Credendio – Folha de São Paulo – Poder – 28/11/2010**

Uma campanha se espalhou entre movimentos sociais e entidades ligadas a grupos de esquerda, sindicatos e universidades para contornar a crise da Escola Nacional Florestan Fernandes.

A escola do MST, alcunha que a direção da entidade rejeita, foi criada em 2005 em Guararema (SP). Custou cerca de R\$ 3,5 milhões, financiados pela União Europeia, pelo MST e pelas ONGs cristãs Caritas (Alemanha) e Frères Des Hommes (França). Houve campanhas com apoio de Chico Buarque, José Saramago e Sebastião Salgado. Em cinco anos, quase 20 mil pessoas passaram pelos cursos e eventos na entidade. Recentemente, a escola ganhou visibilidade quando, em viagem ao Brasil, o ator Benicio Del Toro a visitou e usou um boné do MST. Agora, segundo mensagem na internet, a escola corre o risco de fechar. Um grupo vem fazendo campanhas de doações para manter a estrutura funcionando. No texto, a Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes não indica a razão da crise, mas aponta um "estrangulamento" do MST. No próximo sábado, a associação promoverá uma visita coletiva para explicar o projeto e arregimentar colaboradores. A **Folha** tentou falar com a direção da escola e da associação, mas ninguém quis comentar a crise. Sucessivas decisões do Tribunal de Contas da União vêm bloqueando repasses a ONGs e cooperativas dirigidas pelo MST. Em 28 de setembro, o TCU condenou a Associação Nacional de Cooperação Agrícola a devolver R\$ 3,42 milhões por conta de suposto desvio de recursos. Cabe recurso da decisão. O dinheiro deveria ser usado para capacitar cerca de 30 mil jovens e adultos, mas, segundo o TCU, não foi o que ocorreu. Parte do dinheiro (R\$ 159 mil) foi usado para financiar um evento na escola.

**"Fracasso da Convenção do Clima prejudicará humanidade" – Sítio eletrônico do MST – 30/11/2010**

A 16ª Conferência da Convenção Marco da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-16) já é vista como um fracasso, que afetará o futuro da humanidade porque se está fortalecendo a idéia das transnacionais lucrarem com a crise climática, disse Alberto Gómez, da coordenação internacional da Via Campesina.

Nos últimos documentos de discussão, foram eliminadas as propostas do Acordo dos Povos assinado em Cochabamba (Bolívia) e a balança se inclinou em favor do mercado de carbono e do REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), mecanismo através do qual avança a privatização mundial de matas, selvas e territórios, explicou



“Já podemos dizer que no processo de negociações rumo a Cancún foram impostos os interesses das transnacionais e virá uma forte impulso para um esquema financeiro que obriga os países a entrar em um ajuste climático mercantilista”.

“Nós não concordamos com as falsas soluções, como o mercado de carbono, porque longe de contribuir com a redução das emissões de gases de efeito estufa, gerará cedo ou tarde um sistema especulativo que poderia provocar outra crise financeira global”.

Por isso, as mobilizações da Via Campesina pretendem denunciar a irresponsabilidade da maioria dos governos que optaram por favorecer o grande capital em detrimento do interesse de suas nações e da humanidade, disse Gómez.

“As caravanas internacionais que começaram no domingo 28 buscam desmascarar o governo mexicano, mostrando a devastação ambiental e social em todo o território nacional provocada por políticas públicas contrárias ao interesse da maioria do povo”.

“Nas atividades que desenvolveremos no acampamento que a Via Campesina instalará em Cancún a partir de 2 de dezembro, vamos denunciar estes atos e convocaremos todos a se manifestarem para obrigar que a Conferência adote medidas efetivas contra a crise do clima, como as defendidas pelo Acordo dos Povos”.

“Nós afirmamos que as camponesas e os camponeses são necessários e úteis para a humanidade. Nosso papel é produzir alimentos e o fazemos de maneira sustentável, esfriando o planeta. E se contássemos com um modelo de produção, distribuição e consumo diferente poderíamos acabar com a fome e contribuir com o combate ao aquecimento da atmosfera”.

“A soberania alimentar —concluiu Gómez— é a alternativa da Via Campesina frente ao capitalismo que agora quer privatizar até o ar que respiramos”.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

